

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 26 de maio de 2017.

Edição nº 2146

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de contratos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	2
Súmulas de convênios.....	3

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	4
-------------	---



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 165/2017

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- LUIZA CARNIEL TEIXEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste órgão (Port. 1337/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de maio de 2017.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO 4º ADITIVO AO CONTRATO DE MANUTENÇÃO, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO
DE SOFTWARES - AJDG Nº 048/2013
CONTRATO ORACLE Nº 1816771 & 5515510
PROCESSO Nº 1801-09.00/13-9**

CONTRATADA: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 31 de maio de 2017, e reajuste a contar de 16 de maio de 2017. **VALOR TOTAL:** R\$ 1.270.254,12; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusulas segunda, item 2.7, e terceira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de maio de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO N.º 1766-09.00/16-0
CONCORRÊNCIA N.º 01/2016
TÉCNICA E PREÇO**

A Procuradoria-Geral de Justiça, relativamente ao procedimento licitatório que tem como objeto a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas de informações e manutenção de sistemas informatizados, em regime de fábrica de *software*, e consultoria técnica especializada, **torna público, para os devidos fins**, que decidiu, em caráter definitivo, (a) conhecer e, no mérito, pelo parcial provimento dos recursos administrativos interpostos pelas empresas DBSERVER ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO e META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.; b) alterar a pontuação de ambas as licitantes, resultando para a DBSEVER ASSESSORIA DE INFORMAÇÃO LTDA. 45,35 pontos e para a empresa META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A em 27,20 pontos ; c) pelo prosseguimento do certame. **FUNDAMENTO LEGAL:** princípios, legislação e Ato Convocatório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de maio de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 80/2017

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00771.00018/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Farroupilha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ronaldo Lara Resende. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. **OBJETO:** Objeto: apurar eventual negligência em desfavor da idosa Olga Jung.

Local: Farroupilha **VÍTIMA/PROTEGIDA:** Olga Jung. **LOCAL DO FATO:** Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00025/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Janine Rosi Faleiro. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º cargo de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de maio de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2146

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a disponibilização pelo município de Gravataí de equipe adequada, materiais de uso, equipamentos e veículo de transporte para o pleno funcionamento do CAPS II. INVESTIGADOS(S): Caps II Gravataí e município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00029/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Existência de comunidade terapêutica localizada na Estrada Arlindo Scheren, PD 89 da RS-020. INVESTIGADO(S): ainda não identificado. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00030/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar as medidas adotadas para que não haja prejuízo à população em decorrência do suposto término dos contratos emergenciais de profissionais da área de saúde. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00031/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar suposta negativa de atendimento médico no Hospital Dom João Becker, na UPA e no SUE 24 Horas. INVESTIGADOS(S): Hospital Dom João Becker e Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00026/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a disponibilização pelo município de Gravataí de equipe adequada, materiais de uso, equipamentos e veículo de transporte para o pleno funcionamento do CAPS AD. INVESTIGADOS(S): Caps-Ad - Secretaria da Saúde de Gravataí e município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00059/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhar a construção da US Parque das Orquídeas, US Cosme Damiano e UPA Partenon. INVESTIGADO(S): município de Porto Alegre, Através da SMS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00104/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar infraestrutura e Recursos Humanos na USF Santo Alfredo. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, Através da SMS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00105/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar infraestrutura e Recursos Humanos na USF Ernesto Araújo. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, através da SMS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01211.00008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Apurar a notícia de que não há vagas para novos pacientes no Serviço de Hemodiálise do Hospital São Vicente de Paulo, o qual opera em dois turnos, em razão do número de máquinas e espaço físico disponível. INVESTIGADOS: município de Osório e Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADOS(S): Estado do Rio Grande do Sul e município de Osório. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Maio de 2017.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

SÚMULAS DE CONVÊNIO E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PR.00686.00052/2017-4

TIPO DE INSTRUMENTO: Termo de Cooperação; **OBJETO:** Visa à estruturação do sistema de videoconferência para realização de atos processuais em estabelecimentos prisionais do Estado do Rio Grande do Sul. **CONVENIENTE:** Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Segurança Pública, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Brigada Militar e o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul; **CNPJ:** 87.934.675/0001-96, 87.958.583/0001-46, 17.176.399/0001-69, 89.175.541/0001-64 e 89.522.064/0001-66; **VALOR DO REPASSE:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de maio de 2017.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO Nº 32/2017

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução nº 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 16 de maio de 2017, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

JULGADOS:

IC.00712.00025/2014,	IC.00717.00012/2016,	IC.00718.00019/2013,	IC.00722.00057/2015,	IC.00722.00063/2015,
IC.00722.00104/2015,	IC.00723.00021/2015,	IC.00725.00005/2014,	IC.00725.00023/2012,	IC.00725.00037/2011,
IC.00725.00041/2009,	IC.00726.00023/2014,	IC.00728.00026/2016,	IC.00732.00028/2014,	IC.00732.00049/2011,
IC.00739.00005/2012,	IC.00739.00047/2013,	IC.00739.00086/2012,	IC.00742.00133/2007,	IC.00745.00002/2015,
IC.00745.00024/2013,	IC.00746.00023/2015,	IC.00747.00008/2015,	IC.00748.00008/2016,	IC.00748.00109/2016,
IC.00748.00132/2015,	IC.00748.00195/2012,	IC.00752.00018/2008,	IC.00757.00006/2012,	IC.00757.00024/2010,
IC.00760.00012/2013,	IC.00762.00086/2013,	IC.00762.00130/2009,	IC.00763.00054/2015,	IC.00763.00058/2016,
IC.00768.00026/2011,	IC.00770.00013/2007,	IC.00771.00005/2016,	IC.00771.00021/2015,	IC.00771.00030/2014,
IC.00772.00027/2014,	IC.00774.00020/2014,	IC.00774.00021/2014,	IC.00782.00020/2012,	IC.00788.00087/2013,
IC.00794.00050/2015,	IC.00796.00003/2015,	IC.00801.00015/2015,	IC.00801.00025/2014,	IC.00802.00045/2016,
IC.00807.00014/2011,	IC.00810.00035/2009,	IC.00814.00035/2016,	IC.00814.00087/2012,	IC.00814.00093/2016,
IC.00814.00102/2016,	IC.00814.00104/2016,	IC.00815.00040/2013,	IC.00820.00170/2016,	IC.00820.00173/2008,
IC.00820.00179/2016,	IC.00820.00255/2007,	IC.00821.00003/2014,	IC.00821.00022/2016,	IC.00824.00016/2010,
IC.00824.00027/2014,	IC.00824.00039/2015,	IC.00825.00003/2015,	IC.00825.00007/2016,	IC.00828.00005/2013,
IC.00833.00007/2017,	IC.00833.00028/2010,	IC.00833.00081/2015,	IC.00833.00131/2014,	IC.00850.00018/2012,
IC.00852.00028/2016,	IC.00852.00060/2016,	IC.00852.00104/2010,	IC.00852.00223/2008,	IC.00853.00029/2014,
IC.00856.00029/2015,	IC.00861.00027/2015,	IC.00861.00045/2013,	IC.00865.00033/2012,	IC.00867.00016/2014,
IC.00872.00013/2015,	IC.00872.00191/2013,	IC.00875.00023/2012,	IC.00882.00008/2014,	IC.00884.00001/2015,
IC.00889.00029/2003,	IC.00891.00038/2016,	IC.00893.00035/2014,	IC.00901.00047/2015,	IC.00907.00005/2013,
IC.00907.00010/2011,	IC.00907.00023/2014,	IC.00907.00123/2014,	IC.00908.00004/2011,	IC.00911.00048/2013,
IC.00912.00002/2014,	IC.00912.00002/2015,	IC.00913.00019/2013,	IC.00914.00022/2016,	IC.00914.00051/2016,
IC.00914.00052/2016,	IC.00914.00107/2014,	IC.00914.00109/2013,	IC.00915.00008/2016,	IC.00915.00025/2016,
IC.00915.00072/2016,	IC.00915.00077/2016,	IC.00915.00086/2016,	IC.00915.00201/2005,	IC.00916.00011/2015,
IC.00917.00024/2011,	IC.00917.00065/2015,	IC.00918.00007/2016,	IC.00921.00007/2015,	IC.00924.00008/2012,
IC.00924.00019/2016,	IC.00928.00020/2006,	IC.00929.00030/2015,	IC.00929.00052/2012,	IC.00931.00014/2009,
IC.00933.00006/2011,	IC.00933.00007/2014,	IC.00933.00026/2014,	IC.00946.00005/2012,	IC.00950.00007/2014,
IC.01127.00013/2013,	IC.01128.00129/2014,	IC.01128.00146/2008,	IC.01128.00184/2014,	IC.01128.00211/2014,
IC.01132.00077/2012,	IC.01175.00042/2014,	IC.01202.00051/2014,	IC.01203.00001/2016,	IC.01203.00004/2016,
IC.01203.00005/2016,	IC.01203.00016/2016,	IC.01223.00023/2015,	IC.01234.00019/2013,	IC.01234.00104/2016,
IC.01411.00087/2012,	PI.00781.00032/2016,	PI.00853.00054/2016,	PI.00872.00058/2016,	SD.01411.00021/2015.

Os interessados poderão solicitar à Secretaria dos Órgãos Colegiados certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de Maio de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.